



**CÂMARA MUNICIPAL DA SERRA**  
**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final**

**PARECER**

**DA COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL, SOBRE O PROJETO DE LEI Nº 38/2017.**

Autoria da Vereadora QUÉLCIA MARA FRAGA GONÇALVES

Assunto: Projeto de Lei - Dispõe sobre a instituição de Hospital Público Veterinário, Postos de Saúde para atendimento de animais e dá outras providências.

Inicialmente, cumpre destacar que, conforme prescreve o art. 145, da Lei Orgânica do Município da Serra, a elevação de um Projeto ao patamar de Lei Municipal passa sempre pela comprovação de dois requisitos indispensáveis, quais sejam, a constitucionalidade e o interesse público em sua realização.

Pois bem. No caso em tela, entendo configurado o interesse público no Projeto de Lei em referência. Isso porque, conforme restou demonstrado na justificativa, a instituição da imposição legal que se plasmaria por meio do presente projeto por certo viria ao encontro dos interesses da sociedade serrana, já que tem por finalidade beneficiar os proprietários de animais domésticos.

Diante do exposto, não há outro caminho que não referendar o interesse público no projeto, imbuído das mais nobres intenções.

No que se refere à constitucionalidade do projeto, importante pontuar que o projeto se enquadra na competência legislativa do Município, bem como seu conteúdo se coaduna com o ordenamento vigente, como restará demonstrado.

Insta salientar, nesse ponto, que o indigitado Projeto de Lei se enquadra dentre as matérias elencadas entre aquelas passíveis de regulamentação pelo Município. É o que se colhe do art. 30, I e II, da Constituição Federal, do art. 28, I e II, da Carta Maior Capixaba, e do art. 30, I e II, da Lei Orgânica Municipal, todos dispositivos que



**CÂMARA MUNICIPAL DA SERRA**  
**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final**

asseguram a competência do Município para legislar acerca de assuntos de interesse local, suplementando a legislação federal e estadual.

Isso porque, diante da situação exposta pelo parlamentar na justificativa, afigura-se incontestável o valor da medida e a relevância que teria no âmbito do Município.

Ademais, a Lei Orgânica Municipal, autoriza a municipalidade a suplementar o serviço de saúde municipal, de modo que nada impede que, no uso dessa competência regulamentadora, algumas obrigações de finalidade social sejam atribuídas aos estabelecimentos mencionados no presente Projeto. É o que se colhe do seguinte dispositivo da Lei Maior do Município, *in verbis*:

***“Art. 30 - Compete privativamente ao Município de Serra:  
(...)***

***I - legislar sobre assuntos de interesse local. (...)***”

Dessa forma, à vista dos textos legais invocados, não há que se questionar a constitucionalidade da matéria, nem tampouco a competência municipal para regular o assunto.

Posto isso, firmado em todas as razões e fundamentos já consignados, opinamos favoravelmente ao seu prosseguimento na forma como se encontra.

Estando, desta forma, em condições de ser aprovado no que diz respeito aos aspectos que cumpre a esta Comissão analisar.

É o nosso parecer.

Sala das Comissões, em 02 de maio de 2017.

***MIGUEL MATES SANTOS***

**Relator - Presidente**

***ALEXANDRE ARAUJO MARÇAL***

**Membro**

***STEFANO SBARDELOTTI DE ANDRADE***

**Membro**